

POLÍTICAS «ANTICRISE» QUE REFORÇAM A CRISE

Por CARLOS PIMENTA *

Capitalismo, capital fictício e crise: os outros e Portugal

A economia paralela, central à financeirização da economia que nos levou à presente crise do capitalismo, assume várias formas, que vão da economia subterrânea à que é simplesmente ilegal. Hoje é mais perceptível para os cidadãos o papel desempenhado pela fraude e pela miscigenação do legal e do ilegal, bem como a necessidade de proceder à regulação, a auditorias e a um verdadeiro escrutínio do sistema capitalista. Mas as medidas políticas que deveriam combater a crise ignoram amplamente estas realidades e contribuem para aprofundar a recessão, a exploração do trabalho e as desigualdades, estimulando a crescente apropriação das grandes empresas e dos rentistas.

A microinformática, as redes de computadores e as telecomunicações criaram as condições propícias para uma intensificação da internacionalização da economia. O fim dos países socialistas e o controlo do acesso às matérias-primas permitiram ao sistema capitalista assumir uma hegemonia à escala mundial. As estratégias de reprodução estrutural do sistema foram assumidas como espontâneas, ganhando crescente importância o curto prazo. A tendência para a baixa da taxa de lucro é contrariada pela desvalorização da força de trabalho, pela deslocalização industrial para espaços de mão-de-obra barata, pela colaboração dos Estados, pela liberdade de circulação de capital e manutenção dos entraves da circulação de pessoas, pela crescente importância dos mercados financeiros no mundo dos negócios. Os Estados Unidos, ainda hegemónicos à escala mundial, exportam o seu modelo regional, reforçam a sua importância em sectores tecnologicamente fundamentais e nos mercados bolsistas, continuam a controlar a Organização das Nações Unidas (ONU) e as suas instituições económico-financeiras – como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) –, difundem e impõem a ideologia neoliberal. Esta reforça o poder das grandes empresas internacionais, enfraquece os Estados. Dilui-se a coesão das sociedades ao sobrepor o indivíduo às relações sociais, acelerando a degenerescência das relações éticas.

No início da década de 90 do século passado¹ tudo parecia possível ao capitalismo. Transacciona-se num dia dos mercados financeiros mais do que o valor novo que se cria durante um ano à escala mundial. Todos os recursos em capital-dinheiro disponíveis – dos fundos de pensões, reforçados pelo enfraquecimento da solidariedade intergeracional, aos fundos públicos, dos gerados na economia paralela aos concentrados nos paraísos fiscais – são mobilizados ao serviço da rentabilidade individual. Grande parte do capital é capital fictício, pois não está ligado aos processos de produção, mas está associado à apropriação privada de altos lucros. O motor da organização económica capitalista à escala mundial transfere-se da produção de valor para a criação de crédito.

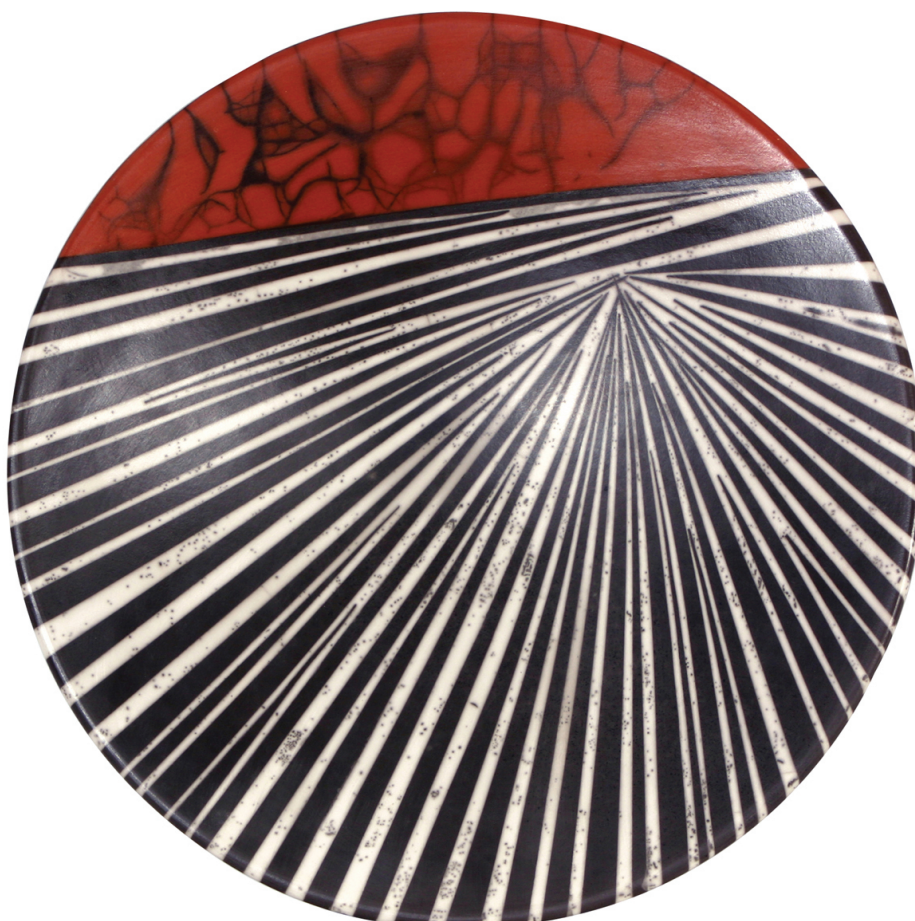
Tudo parecia possível: o capitalismo é um sistema económico-social único; as multinacionais controlam a circulação do capital à escala mundial; o capital financeiro controla a economia mundial; o crédito reproduz-se sem obstáculos significativos; a imaginação, num contexto de curto prazo, «produz» e redistribui lucros.

O endividamento das famílias, das empresas e dos Estados surgia como oportunidade de negócio. As dívidas transformam-se em títulos e, em vez de serem pagas, são revendidas, empolando o sistema financeiro. O latão foi vendido como ouro, porque se acreditou que a alquimia seria capaz dessa transformação.

O «vendedor de latão» é empreendedor e agente de um mercado soberano. Quando a crise rebentou chamaram-lhe aldrabão, injustamente. Eles eram os engenheiros financeiros do capitalismo norte-americano dominante, os impulsionadores do risco, aparente criador de rendimento, a elite económica da globalização. Se há aldrabão nesta dinâmica mundial, não é o fazedor de capital fictício mas o próprio sistema capitalista.

Os Estados Unidos foram o país líder mundial deste processo de metamorfose do capitalismo, mas a Europa foi um excelente aprendiz de feitiçeiro. Entre o controlo crescente da produção de mercadorias pela China e a Índia e o domínio de sectores estratégicos pelos Estados Unidos, a Europa pretendeu ser participante pleno do capitalismo financeiro (daí o endividamento em grande escala, a compra de títulos financeiros de alto risco), controlador das

economias subdesenvolvidas (veja-se as variantes da Convenção do Lomé e os Acordos de Cotonou) e «solicitador» da China para a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC). A dissolução dos países socialistas, a apropriação privada dos recursos nesses países e o correspondente aparecimento de máfias, as guerras no espaço europeu



CARMINA ANASTÁCIO | S/ título (2010) | Galeria Trema - Arte Contemporânea, Lisboa (de 7 de Maio a 4 de Junho)

durante toda a década de 90 (Guerra da Jugoslávia e Guerra do Kosovo), o reforço da economia ilegal neste continente, a quantidade de *offshores* geridas por países europeus e as fragilidades objectivas da sua capacidade produtiva transformaram a Europa em campeã do neoliberalismo. A criação do euro é parte integrante desse processo: criação de uma moeda forte para influenciar mais decisivamente os mercados financeiros; privilegiando a «convergência nominal» dos aderentes em detrimento da indispensável «convergência real»².

Financeirização e economia paralela

A aparência do capitalismo era saudável, mas revelava graves perturbações.

Os mercados financeiros, motores da prosperidade, são apropriação de rendimento, mas este é criado nas actividades produtivas, oficiais ou paralelas, legais ou ilegais. A financeirização do capitalismo só foi viável pelo aumento da economia paralela. Redistribuiu-se o rendimento cuja produção se concentrava na China e Índia.

A globalização gerou agravamento das desigualdades na distribuição do rendimento, reforçou a concentração e centralização do capital à escala mundial. Porque os lucros monopolistas também resultam da criação de valor nas pequenas e médias empresas, a referida concentração e centralização contém a afirmação e a negação da taxa de lucro.

O crédito cria moeda, gerando novas oportunidades de negócio, mas as dívidas têm de ser pagas! O não pagamento destas gera uma «bola de neve» de

destruição de crédito e moeda, gerando escassez desta.

A reprodução da formação económico-social existente exige uma estratégia de longo prazo, mas a «pressão» do negócio e da concorrência orienta quase todas as instituições dos Estados Unidos e da Europa para o curto prazo: apresentar resultados favoráveis no fim do trimestre ou do ano, nem que para tal seja necessário aplicar «contabilidade criativa». Indexar os prémios da administração a esses resultados. Fazer políticas tendo como referência os períodos eleitorais, mesmo que tal provoque descontinuidade das políticas e rupturas no tecido produtivo. O «mundo ocidental» corre atrás do tempo, enquanto a «paciência chinesa» vai acumulando produção e adquirindo a dívida pública mundial.

A economia paralela é a outra face da financeirização da economia. Nesta assume particular importância a economia subterrânea (actividades que se furtam às obrigações fiscais e para-fiscais) e a economia ilegal (pelo seu objecto ou métodos). Os «vasos comunicantes» entre as actividades legais em Bolsa e a origem ilícita dos fundos, entre muitos

tre bancos, Bolsa, seguradoras e empresas de notação (*rating*), é o funcionamento «normal» da Bolsa como gigantesco «esquema de Ponzi», são as descapitalizações que aparentam lucros e são os desvios de fundos nacionais (a exemplo: na Guerra do Iraque). O peso das empresas na economia mundial, a passagem do Estado-nação para o Estado-mercado⁴ e a teia de conflitos de interesse forjam possibilidades de fraude em quase todas as relações sociais.

Crise aumenta percepção da fraude

A crise de sobreprodução actual não é o resultado das fraudes. A percepção destas é que resultou da crise. Esta é a consequência das contradições anteriormente referidas, da ruptura da distribuição de rendimento sem a correspondente criação, da inevitabilidade de as dívidas terem, em algum momento, de ser pagas.

Se as crises são momentos de resolução (de desvio) das contradições do sistema económico, acumuladas durante o período anterior, a presente crise teve dimensões ampliadas pela maior importância relativa da propriedade privada, pelo enfraquecimento da indústria e outras actividades produtivas, pelo facto de a falência da Bolsa acarretar o fim de funções vitais da sociedade (exemplo: reformas), pelo facto de a financeirização da economia se repercutir nos preços por grosso de bens como o petróleo e os produtos alimentares, pelo facto de a dívida pública se ter ampliado e utilizado os mesmos canais de financiamento, pela fraqueza de regulação pelo Estado, pelo culto do mercado.

As «políticas anticrise» não foram de reorganização da formação social (como na crise de 1929-33, quando a revolução russa ainda estava bem presente na memória de todos), mas de reprodução do capital financeiro, do capital fictício, de reforço das próprias forças que geraram a crise. Por isso a crise ainda está presente, a crise ainda durará e o seu resultado final ainda está em aberto.

A situação portuguesa é o subproduto da organização mundial do capitalismo, reforçada por uma grande debilidade do aparelho produtivo, que foi sendo destruído, e pela falta de competitividade, por um tradicional défice da balança comercial externa, por sucessivas políticas nacionais de exibicionismo cujo pagamento caberia às gerações futuras, de grande pressa de estar no «pelotão europeu da frente» quando as lógicas europeias estavam quase exclusivamente ao serviço dos países dominantes.

Também aqui a economia paralela – 24,2% do produto interno bruto (PIB) português⁵ – e a fraude (BCP, BPN, BPP, quicá muitas outras ainda não reveladas) agravaram a situação, pela sua dimensão e pela actuação do Estado submisso. A corrupção aumentou, as relações sociais e éticas entre pessoas, individuais e colectivas, agravaram-se.

A cidadania desvaloriza-se, a força de trabalho e o trabalho são um epifenómeno da rentabilização do capital.

Novas realidades vão emergindo das contradições desta crise, no mundo e em Portugal. Novos países aumentam a sua importância relativa na produção mundial e estruturam pacientemente uma nova correlação de forças internacional. Mas a «fuga em frente» da política das empresas e dos Estados pode levar a situações de ruptura (militar, social, política) cujo resultado ainda está em aberto. Cabe a todos nós influenciar a correlação de forças.

* Economista e professor na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e membro do Observatório da Economia e Gestão da Fraude.

1 Vários dos aspectos seguintes foram abordados por mim em *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Campo da Comunicação, Lisboa, 2004.

2 Sobre alguns destes aspectos veja-se «Immanuel Kant assassinado no Tamisa», crónica na *Visão online*. Esta e outras crónicas podem ser consultadas no sítio do Observatório de Economia e Gestão de Fraude, www.gestaodefraude.eu.

3 Ver Edwin Sutherland, *White-Collar Crime: The Uncut Version*, Yale University Press, New Haven, 1983.

4 Sobre este assunto ver, resumidamente, Sociodialectica, «Da Democracia-nação à Democracia-mercado», 2011, <http://incurses.blogspot.pt>.

5 Para mais pormenores ver Nuno Gonçalves, *A Economia Não Registrada em Portugal*, Edições Húmus, Vila Nova de Famalicão, 2010 (disponível em www.gestaodefraude.eu).